

**XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**  
**Caxambu, 25 a 29 /10/2005**

**DIFERENÇAS IDEOLÓGICAS ENTRE PARTIDOS POLÍTICOS:  
UM ESTUDO SOBRE OS PARTIDOS CATARINENSES \***

**Yan de Souza Carreirão (UFSC)**

- **GT 11: Mídia, política e opinião pública**
- **Coordenadores: Fernando Antônio Azevedo (UFSCar) e Alessandra Aldé (IUPERJ)**

**\* Versão Preliminar (favor não citar).**

**Resumo:** A literatura brasileira recente tem discutido, em âmbito nacional, em que medida as diferenças ideológicas supostas entre os partidos se manifestam em opiniões e ações (coligações eleitorais, coalizões de governo, políticas públicas, etc) efetivamente diferentes por parte dos membros dos diversos partidos. A produção sobre o tema em âmbito estadual, porém, é escassa. O presente trabalho é fruto parcial de uma pesquisa (ainda em andamento), que pretende contribuir para minimizar esta deficiência, a partir da análise de alguns aspectos dessa temática: as opiniões políticas e a ação concreta dos deputados estaduais na Assembléia Legislativa de Santa Catarina e os padrões ideológicos das coligações realizadas nas eleições para governador e prefeito, no período 1982/2004, em Santa Catarina. O trabalho apresenta apenas esta última análise, sobre os padrões ideológicos das coligações, na medida em que o estágio atual da pesquisa só permite isto. O objetivo principal é o de verificar em que medida a ideologia constitui um obstáculo à realização de coligações “inconsistentes” e se há mudança nos padrões de coligação, ao longo do período estudado.

A análise revela que no início da vigência do atual sistema partidário a proporção de coligações ideologicamente inconsistentes era muito pequeno em relação ao conjunto das candidaturas lançadas (refutando um diagnóstico predominante àquela época, de que o sistema partidário brasileiro seria uma “geléia geral”, do ponto de vista ideológico). Ao longo do tempo, porém, particularmente nas duas últimas eleições, ampliou-se substancialmente a proporção de coligações ideologicamente inconsistentes. Algumas das razões para esta tendência evolutiva são apontados ao final do trabalho.

## 1. O *continuum* direita-esquerda como referencial para análise <sup>1</sup>

Embora a forma como o tema das ideologias partidárias seja tratado na literatura possa variar, aqui será privilegiado o *continuum* direita/esquerda como referencial de análise. A utilização deste referencial para a análise da ação dos partidos políticos muitas vezes é rejeitada como inadequada ou inútil, especialmente nos meios de comunicação, na medida em que os partidos políticos brasileiros não se diferenciariam ideologicamente. Este diagnóstico aponta como indícios desta indiferenciação a ocorrência de coligações eleitorais ou coalizões governamentais “esdrúxulas” (envolvendo simultaneamente partidos situados, formalmente, à direita e à esquerda do espectro ideológico) e a alta taxa de migração de políticos de um partido a outro. As posições adotadas pelo governo Lula e os fatos relacionados à crise política que se deflagrou a partir de maio do presente ano, em torno das denúncias que desembocaram nas CPIs dos Correios e do “Mensalão” (além da CPI dos bingos) reforçaram ainda mais a tese da indiferenciação entre os partidos brasileiros, nos meios de comunicação.

Sem pretender discutir de forma aprofundada este tema, do ponto de vista teórico<sup>2</sup>, o que nos interessa aqui é que muitos estudos feitos pela Ciência Política brasileira, de cerca de 10 anos para cá, utilizaram a classificação dos partidos num eixo direita-esquerda, tendo mostrado um bom rendimento deste referencial para a análise da atuação dos partidos. Assim, Kinzo, p/ex. , afirma que, a nível nacional, no início dos anos noventa.

"pelo menos os partidos mais importantes, como PMDB, PFL, PSDB, PPR, PT, PDT e PTB, têm tomado posições diferenciadas, e seus posicionamentos têm manifestado razoável continuidade, indicando uma possível fixação de seus perfis. Embora a coesão interna ainda seja precária na maioria dos partidos e apesar da forte fragmentação que

---

<sup>1</sup> Parte da argumentação apresentada nas duas primeiras seções é fruto de trabalho sobre o tema, realizado em conjunto com Marta Zorzal e Silva e Denise Paiva, a quem agradeço pela permissão para utilizar certos trechos aqui .

caracteriza o sistema partidário, já existem alguns condutos ou espaços ideológico-partidários capazes de balizar a luta político-eleitoral" (Kinzo, 1993 : 96).

Figueiredo e Limongi (1999), analisando dados relativos ao período 1989/94, apresentam dados que colocaram em questão a tese dominante até meados da década de 90, de que a indisciplina seria o padrão na votação dos deputados no plenário da Câmara - o que significaria que cada deputado vota segundo seus interesses pessoais, desconsiderando os apelos das lideranças. Se este último fosse realmente o padrão, postular diferenças de comportamento nas votações entre partidos de esquerda e direita não teria o menor sentido. Os dados de Figueiredo e Limongi mostram que há taxas bastante razoáveis de disciplina partidária.<sup>3</sup> Além disso, o que é mais importante para os propósitos deste trabalho, mostraram que nas votações na Câmara dos Deputados as coalizões seguem os posicionamentos dos partidos numa escala esquerda-direita:

“Os partidos apresentaram considerável coesão média no período como um todo (...) O quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos num continuum ideológico. Podemos falar tranqüilamente em partidos de direita, de centro e de esquerda” (Figueiredo e Limongi, 1999: 75).

---

<sup>2</sup> Para uma discussão mais abrangente a respeito do uso destes termos, ver Castañeda (1994), Bobbio (1995) e Fernandes (1995), entre outros.

<sup>3</sup> Nicolau (2000), analisando dados relativos ao período 1995/98, embora matize um pouco as conclusões tiradas por aqueles autores, no que respeita à disciplina partidária, também não vai endossar a tese da indisciplina partidária generalizada na Câmara dos Deputados. Para uma visão crítica quanto as teses de Figueiredo e Limongi, ver Ames (2003) e Mainwaring (2001). Melo (2004), a partir da análise das migrações partidárias, propõe diferenciar disciplina e coesão partidárias. Vale a pena mencionar que as denúncias de compra de votos, no chamado “escândalo do mensalão”, adicionam um ingrediente a mais na possível explicação das taxas de disciplina relativamente altas na Câmara Federal, além dos fatores apontados por aqueles autores (entre os quais destacam-se as prerrogativas e os recursos patrimonialistas do Presidente no processo legislativo, além da influência dos líderes partidários).

Quanto à composição social das elites partidárias, Rodrigues (2002) mostra diferenças também significativas no que respeita às profissões, ocupações e patrimônio dos deputados federais dos diferentes partidos.

No que se refere às coligações, alguns estudos são mencionados na próxima seção. No que respeita à visualização dos partidos numa escala esquerda-direita por parte dos eleitores, Singer (2000) pleiteia que, mesmo não tendo uma compreensão clara dos significados das noções de esquerda e direita, boa parte do eleitorado consegue, intuitivamente, localizar os partidos nesta dimensão e votar em acordo com esta localização.<sup>4</sup>

Não pretendendo um mapeamento extensivo, a exposição acima visou apenas apontar que, embora não haja consenso sobre as teses apresentadas, há um conjunto de estudos que pleiteiam a pertinência do uso da polaridade esquerda-direita como uma forma possível de mapear o campo político-partidário brasileiro atual, estabelecendo semelhanças entre certos grupos de partidos entre si e diferenças com outros grupos de partidos. Esse tipo de diferenciação permitiria compreender tanto certos elementos da tomada de decisão do eleitorado quanto diferenças de opinião e de comportamento efetivo entre políticos de diferentes partidos.

## **2. As teses sobre coligações na literatura brasileira**

Diferentes preocupações têm marcado o debate na literatura brasileira sobre coligações, seja no período 1946-64, seja no período relativo ao atual sistema partidário.

Algumas das discussões se dão em relação aos possíveis impactos das coligações sobre a fragmentação do sistema partidário e/ou sobre a representatividade do sistema político, especialmente no que se refere a possíveis distorções de representação na Câmara Federal (Souza, 1976; Santos,

---

<sup>4</sup> Visões críticas às teses de Singer são apresentadas em Reis (2002) e Carreirão (2002).

1987; Nicolau, 1996; Tavares, 1998, dentre outros). Não é esta a preocupação do presente trabalho.

Outra questão fundamental é a das motivações dos partidos ao realizar as coligações. Quanto a isso, há consenso na literatura, de que o objetivo mais geral das coligações é ampliar as chances eleitorais dos partidos e de que a decisão estratégica sobre coligações é tomada com base em um cálculo de custos e benefícios eleitorais (Souza, 1976; Santos, 1987; Figueiredo, 1994; Nicolau, 1996).<sup>5</sup>

Embora aceitando esta tese, a questão central do presente trabalho é: o posicionamento ideológico dos partidos entra nesse cálculo como um custo relevante (que poderia inibir a participação em coligações ideologicamente inconsistentes)? O posicionamento ideológico do partido - seja pelo seu programa, pelas declarações de seus líderes, seja pelo comportamento dos seus detentores de mandatos públicos - repercute na opinião pública e forma uma imagem partidária junto ao eleitorado. Essa imagem partidária pode atuar como uma limitação ao padrão ideológico de coligação "permitido" ao partido. Realizar coligações fora de um padrão minimamente esperado do partido pode ter custos político-eleitorais futuros. Além disso, pode haver graus diferenciados de "nitidez ideológica" das imagens partidárias formadas pelos eleitores, o que faria com que os custos de uma eventual coligação com um partido de outro campo ideológico sejam variáveis para diferentes partidos.<sup>6</sup> São estas questões e hipóteses que norteiam a presente investigação.

---

<sup>5</sup> Se a orientação geral é esta, as motivações específicas são variadas: assim, nos pleitos proporcionais, os pequenos partidos visam escapar do quociente eleitoral, coligando-se com partidos maiores. Estes últimos podem ter interesse em se coligar com os pequenos nas eleições majoritárias - vinculando-se, assim, muitas vezes as coligações nos dois tipos de pleitos -, seja para evitar que estes últimos se coliguem com outros partidos, seja para ampliar seu tempo no horário eleitoral gratuito, seja ainda para ampliar o número de candidatos (acomodando, assim, disputas internas ao partido).

<sup>6</sup> Note-se, porém, que não é necessário, para admitir constrangimentos ideológicos à realização de coligações, aceitar a hipótese de que a maioria do eleitorado reconheça inconsistências e puna os partidos. É possível admitir aqueles constrangimentos a partir, p/ex., da formulação bem mais geral de Panebianco (1988), de que partidos precisam distribuir não só incentivos seletivos, mas também coletivos (relacionados à "identidade" e à "ideologia" do partido), para que seus "membros" - simpatizantes, filiados, militantes, dirigentes - participem politicamente. Ou seja,

Para o período 1945/64, um dos estudos importantes que enfrenta estas questões é o de Soares (1964), que estudando coligações para a Câmara Federal conclui que, pelo menos nas regiões mais desenvolvidas do país, “os partidos com bases classistas não podem coligar-se impunemente com partidos representantes de classes sociais antagônicas”, já que “tanto para atrair, quanto para manter a atração com relação a determinada classe social, um partido tem que funcionar como representante dessa classe. Os desvios dessa função são punidos com a perda de grande parte do eleitorado” (Soares, 1964:107).

A quase totalidade da literatura sobre aquele período<sup>7</sup>, no entanto, minimiza o posicionamento ideológico dos partidos como variável relevante na explicação das coligações.

Santos (1987:108), particularmente, dividindo os partidos do período em dois grupos (progressistas e conservadores) e analisando as coligações para a Câmara Federal entre 1950 e 1962, conclui que

“a porcentagem de alianças inconsistentes aumenta ao longo do período, à exceção de 1962, quando retornou aos valores de 1950, mas ainda assim superior a 50 % do número total de coligações (...) A dinâmica das coligações obedeceria, assim, ao objetivo de maximizar votos, nas circunstâncias dadas, idiosincrasias estaduais também levadas em consideração”.

Com variações, essa é a tônica dos trabalhos sobre aquele período.

No que se refere ao período atual, Figueiredo (1994), analisando coligações feitas em âmbito estadual, nas eleições de 1994, conclui que os partidos decidem sua estratégia de coligações, a partir de um cálculo de custos e benefícios eleitorais, em que, mantidos os benefícios constantes, procuram aliados à sua direita ou à sua esquerda em função de sua base eleitoral (outras

---

pode haver um custo político à realização de coligações inconsistentes, pela perda de membros de um partido (e não só pela perda de eleitores).

<sup>7</sup> Schwartzman (1975), Souza (1976), Lima Jr. (1983), Santos (1987), dentre outros.

alegações não indo além da pura retórica eleitoral). O autor, porém, ao longo do texto atenua um pouco esta afirmação, fazendo a ressalva de que uma grande distância ideológica entre dois partidos pode agir como um obstáculo a coligações entre eles.

Nicolau (1994:16), analisando as mesmas eleições, conclui que: “os partidos de esquerda se coligam preferencialmente e em casos excepcionais com os da direita”. E ainda:

“o PT foi o único entre os grandes partidos a estabelecer uma política nacional de coligações, com sua direção vetando e estimulando diversas alianças regionais. O PT disputará os governos estaduais em todos os Estados. Em 17 deles está encabeçando coligações à esquerda, em dois com candidatos únicos e em oito apoiando candidatos alheios (um do PSDB, três do PSB e quatro do PDT)” (Nicolau, 1994:18).

Novaes (1994: 113) afirma que “no período eleitoral, as cúpulas partidárias promovem as coligações no intuito de incrementar suas próprias chances de sucesso (...). Esse cálculo preside a formação das coligações, que se orientam regionalmente pelas afinidades ideológicas clássicas, que por sua vez, resultam de alinhamentos feitos segundo interesses.” Assim, o autor afirma que o caráter estratégico das coligações não significa que elas se dêem desconsiderando certos limites ideológicos.

Schmitt (1998), mostra que, das coligações eleitorais realizadas entre 1986 e 1994 na Câmara dos Deputados, 16% seriam coligações ideologicamente inconsistentes (ou seja, envolvendo simultaneamente partidos de direita e de esquerda), contra 66% de coligações consistentes (envolvendo apenas partidos do mesmo campo ideológico) e 18% de coligações envolvendo partidos de centro com partidos de direita ou de esquerda. O padrão, portanto, não revela um quadro de completa “mistura” de partidos, apontado pelo diagnóstico impressionista predominante nos meios de comunicação.



Concluindo esse item, embora vários estudos apontem um certo peso do posicionamento ideológico dos partidos em relação às decisões sobre coligações eleitorais, não parece haver na literatura um consenso sobre isso. São necessários mais estudos empíricos sobre os diversos cargos e níveis (municipal, estadual e federal) para que se possa ter uma compreensão maior do fenômeno. Dessa forma, a intenção aqui é a de trazer evidências que possam contribuir para qualificar as interpretações sobre o tema.

### **3. Padrões de Coligações nas Eleições para Governador e Prefeito (Santa Catarina (1986/2004))<sup>8</sup>**

A análise sobre as coligações eleitorais realizada no presente trabalho tomará como referência central, portanto, o continuum direita/esquerda. Assim, a partir da literatura mencionada mais acima e especialmente nas classificações formuladas nos estudos de Kinzo (1990), Novaes (1994), Figueiredo e Limongi (1999), Fernandes (1995) e Rodrigues (2001), tomarei como definição operacional inicial, a seguinte classificação dos partidos no Brasil (e em SC), segundo um eixo direita-esquerda:

- Direita: PP (PPB; PPR; PDS); PFL; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA.
- Centro: PMDB e PSDB.
- Esquerda: PT; PDT; PPS; PCdoB; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN.

Foram considerados como "indefinidos" (ideologicamente) por insuficiência de informações, os demais partidos. De qualquer forma, o peso político-eleitoral desses partidos, especialmente em Santa Catarina, é quase nulo.

Serão analisados os padrões de coligações entre os partidos catarinenses nos pleitos para governador e prefeito, segundo uma ótica que privilegia a

---

<sup>8</sup> Não foram consideradas as eleições de 1982 (para governador e para prefeito), por estas terem sido eleições em que as coligações foram proibidas.

análise do "grau de coerência ideológica" das coligações. A partir da classificação estabelecida dos partidos, feita acima, foram definidos os seguintes "graus de coerência ideológica" das coligações, de forma a operacionalizar a análise:

a) Forte: quando a coligação se dá apenas entre partidos situados num mesmo "campo" do espectro político - esquerda (E), centro (C) ou direita (D). As possibilidades de coligação nesse caso são: D-D; C-C; E-E.

b) Médio: quando a coligação envolve partidos de centro com partidos de esquerda **ou** com partidos de direita. As possibilidades são: C-D; C-E.

c) Fraco: quando a coligação envolver partidos de pólos extremos (direita e esquerda). As possibilidades são: D-E; D-C-E. <sup>9</sup>

### 3.1. Eleições para governador

A Tabela 1 faz a classificação das candidaturas apresentadas nas eleições para governador entre 1986 e 2004, diferenciando as candidaturas isoladas das coligações e classificando estas últimas segundo o seu "grau de coerência ideológica".<sup>10</sup>

**Tabela 1. Grau de coerência ideológica das coligações nas eleições para governador - SC - 1982 / 2002**

ANO	GRAU DE COER. IDEOL.	TOTAL	CAND.	TOTAL
-----	----------------------	-------	-------	-------

<sup>9</sup> Duas observações a respeito dessa classificação são importantes:

1) Não importará, para os propósitos deste trabalho, o número de partidos de cada "campo" envolvidos na coligação. Assim, p./ex., tanto a coligação PT/PDT/PCdoB/PSB/PL, quanto a coligação PDT/PP são classificadas como sendo inconsistentes.

2) Os partidos considerados como "indefinidos" serão desconsiderados na classificação das coligações (que serão classificadas de acordo com os demais partidos que compõem a coligação. Isso foi feito porque: i) os partidos considerados "indefinidos" são eleitoralmente pouco significativos; ii) boa parte das coligações que envolvem estes partidos reúnem vários partidos (tendo o "indefinido" pouco peso no conjunto da coligação). De toda forma, a proporção de casos deste tipo em cada eleição não é significativo.

<sup>10</sup> Os percentuais são calculados sobre o número total de candidaturas, porque a suposição aqui é a de que decisão de lançar candidaturas isoladas leva em conta o custo de estabelecer coligações com partidos de outros campos ideológicos. Para uma visualização "qualitativa" das coligações realizadas, ver Tabela Anexa 1.

	FORTE	MÉDIO	FRACO	COLIG.	ISOL.	GERAL CAND.
<b>1986</b>	1	0	0	1	4	5
<b>1990</b>	2	0	0	2	4	6
<b>1994</b>	0	1	1	2	2	4
<b>1998</b>	1	1	0	2	4	6
<b>2002</b>	2	0	2	4	1	5
<b>Total (N)</b>	6	2	3	11	15	26
<b>Total (%)</b>	23,1	7,7	11,5	42,3	57,7	100,0

Fonte: TRE/SC

Apenas 11 das 26 candidaturas lançadas nas cinco eleições para governador em Santa Catarina, no período analisado, foram em coligações, sendo que destas, 6 foram entre partidos do mesmo “campo ideológico”.<sup>11</sup> Se somarmos as candidaturas isoladas e as coligações mais consistentes ideologicamente, teremos cerca de 81% das candidaturas a governador lançadas em todo o período, contra 11,5% de candidaturas mais inconsistentes e 7,5% de grau médio de consistência ideológica.

A análise mais qualitativa revela que uma das candidaturas de “grau médio de coerência ideológica” envolveu, em 1994, cinco partidos de esquerda e o PSDB, que em Santa Catarina, pelo menos até o 1º. turno das eleições de 1994 havia se comportado com um perfil mais à esquerda do que a média nacional do partido (tendo, inclusive, sido uma das principais resistências à coligação com o PFL, na eleição presidencial daquele ano). A outra ocorreu em 1998, envolvendo um grande número de partidos: a grande maioria é de partidos situados claramente à direita (PDS, PFL, PTB, PRN); outros, pequenos partidos não classificados na literatura nacional, ou classificados à direita. Por fim, o PSDB, de centro. Das três candidaturas mais “inconsistentes” (ou de “grau fraco de coerência ideológica”), a primeira se deu em 1994, entre o PMDB e pequenos partidos de direita mais o PV (considerado aqui como sendo de esquerda). Na realidade trata-se de uma candidatura percebida de forma generalizada como

---

<sup>11</sup> Deve-se considerar aqui, a ressalva já feita, quanto ao fato de que alguns dos pequenos partidos não classificados no espectro ideológico pela literatura nacional não foram considerados para classificar as coligações.

peemedebista, que, no entanto, por nossos critérios se enquadra como “inconsistente”. As outras duas ocorreram em 2002: uma se deu entre o PSB e o PSD, dois partidos minúsculos no Estado, mas, um classificado à esquerda e o outro à direita. A outra se deu entre o PT e mais dois partidos de esquerda e o PL (classificado à direita).

Na realidade, das candidaturas relevantes, boa parte foi constituída de um lado, por um bloco à direita, formado por PDS (PPR/PPB) e PFL (ou, às vezes, os dois partidos saíram separados); um ao centro, capitaneado pelo PMDB, com pequenos partidos coligados e um terceiro bloco à esquerda, reunindo PT, PDT, PPS, PCdoB e outros partidos menores. Assim, considerando apenas as coligações no 1º turno, há um padrão de relativamente alta consistência ideológica nas eleições para governador.

### 3.2. Eleições para prefeito

As Tabelas 2 e 3 nos mostram o conjunto de candidaturas para prefeito em em todos os municípios de Santa Catarina, entre 1988 e 2004.

**Tabela 2. Grau de coerência ideológica das coligações nas eleições para prefeito - SC – 1988/2004**

ANOS	GRAU DE COERÊNCIA IDEOL.			TOTAL COLIG. (%)	TOTAL C.ISOL. (%)	TOTAL CAND. (N)
	FORTE	MÉDIO	FRACO			
	(%)	(%)	(%)			
1988	19	8	5	32	68	568
1992	26	25	10	61	39	637
1996	19	30	17	66	34	692
2000	21	30	16	67	33	742
2004	13	31	29	73	27	751
<b>TOTAL [N]</b>	662	866	541	2069	1321	3390
<b>TOTAL [%]</b>	<b>20</b>	<b>25</b>	<b>16</b>	<b>61</b>	<b>39</b>	<b>100</b>

FONTE: TRE/SC. Obs: Percentuais somam 100% nas linhas.

Considerando o conjunto das 5 eleições para prefeito ocorridas no período, tivemos 3.390 candidaturas. Destas, 39 % foram candidaturas isoladas e 61 % em coligações. Se somarmos as coligações ideologicamente mais “consistentes” com as candidaturas isoladas, teremos cerca de 60% do total de candidaturas do período. Apenas 16 % das candidaturas são de coligações ideologicamente mais “inconsistentes”, ou seja, envolvendo, partidos de esquerda e de direita, simultaneamente. Outras 25 % são coligações que envolvem partidos de centro, ora com partidos de esquerda (11 %), ora com partidos de direita (14 %).

**TABELA 3. Grau de coerência ideológica das coligações para prefeito (SC - 1988/2004)**

ANOS	CAND.	GRAU DE COERÊNCIA IDEOLÓGICA										TOTAL	TOTAL	TOTAL
		FORTE				MÉDIO			FRACO			DE	CAND.	GERAL
		D/D	C/C	E/E	TOTAL	D/C	C/E	TOTAL	D/E	D/C/E	TOTAL	COLIG.	ISOL.	CAND.
1988	N	102	1	3	106	33	15	48	24	2	26	180	388	568
	%	18,0	0,2	0,5	18,7	5,8	2,6	8,5	4,2	0,4	4,6	31,7	68,3	100,0
1992	N	142	9	17	168	64	93	157	33	30	63	388	249	637
	%	22,3	1,4	2,7	26,4	10,0	14,6	24,6	5,2	4,7	9,9	60,9	39,1	100,0
1996	N	93	26	15	134	123	84	207	64	51	115	456	236	692
	%	13,4	3,8	2,2	19,4	17,8	12,1	29,9	9,2	7,4	16,6	65,9	34,1	100,0
2000	N	105	20	28	153	146	74	220	46	75	121	494	248	742
	%	14,1	2,7	3,8	20,6	19,7	10,0	29,6	6,2	10,1	16,3	66,6	33,4	100,0
2004	N	60	19	22	101	132	102	234	83	133	216	551	200	751
	%	8,0	2,5	2,9	13,4	17,6	13,6	31,2	11,1	17,7	28,8	73,4	26,6	100,0
TOTAL	N	442	56	63	561	366	266	632	167	158	325	1518	1121	2639
	%	14,8	2,2	2,5	19,5	14,7	10,9	25,5	7,4	8,6	16,0	61,0	39,0	100,0

FONTE: TRE – SC.

Algumas tendências foram se desenvolvendo ao longo do período: em primeiro lugar, foi aumentando a proporção de coligações, em relação ao total das candidaturas: das candidaturas lançadas em 1988, apenas 32% foram em coligações; este percentual sobe para 73% em 2000. Em segundo lugar, cresce o grau de “inconsistência” ideológica das coligações. Em 1988 havia um forte grau de coerência ideológica nas eleições para prefeito: apenas 4,6% eram coligações

mais “inconsistentes” e 8,5% tinham um “grau médio de coerência ideológica”. Portanto, somando estes dois tipos de coligações, tivemos 13 % das candidaturas em 1988, contra 60% em 2004. Inversamente, 87 % das candidaturas em 1988 foram isoladas ou em coligações ideologicamente “consistentes”; este percentual cai para 40 % em 2000.

Concluindo, o quadro mais geral que se visualiza é o seguinte: por um lado, é evidente que não há uma coerência ideológica total nas coligações realizadas. De outro, as coligações realizadas não permitem pleitear que haja um caos partidário tão grande quanto o que parece ser visualizado por grande parte da mídia. Se considerarmos que coligações envolvendo partidos de centro e partidos de esquerda ou partidos de centro e partidos de direita não provocam tanta rejeição, ficamos com um percentual médio, no período, de 16 % coligações “inconsistentes” nas eleições para prefeito e 9,5 % nas eleições para governador. Mas, um dado bastante relevante é o de que o grau de inconsistência é crescente.

Isso será retomado mais adiante.

### **3.3. Análise dos padrões de coligação por partidos selecionados**

Uma análise mais detalhada do comportamento dos principais partidos nos fornece outras informações relevantes sobre o tema das coligações. Algumas das principais conclusões sobre esse aspecto são apresentadas, a seguir, a partir dos dados apresentados nas tabelas 1 a 4.

- **Partido Progressista (PP/PPB/PDS/PPR)** <sup>12</sup>: em relação às eleições para o Governo Estadual, entre 1986 e 2002, por duas vezes lançou candidato

---

<sup>12</sup> Partido Progressista é o atual nome de uma organização partidária que vem mudando de sigla (eventualmente com a incorporação ou fusão de outras legendas) e cuja origem é o Partido

isoladamente, em duas eleições só fez coligações à direita, e só em 1998 fez uma grande coligação que envolvia, além de outros partidos de direita, o PSDB (de centro). No que se refere às eleições para prefeito, na média do período as maiores proporções são de coligações consistentes (36%). Note-se que se somarmos a estes os casos de candidaturas isoladas teremos cerca de 51 % do conjunto das candidaturas, contra 26 % de coligações mais inconsistentes (além de outros 23% de coligações envolvendo partidos de centro). Isto indica um grau razoável de consistência ideológica. De qualquer forma, a tendência mais geral ao longo do período, foi a de crescimento contínuo das coligações inconsistentes e declínio das consistentes. Em 2004, somando-se as coligações com grau "médio" e "fraco" de "coerência ideológica", temos 74 % das candidaturas, contra 15 % em 1988.

- **Partido da Frente Liberal (PFL):** as tendências gerais são muito semelhantes às do PP. Assim, das cinco eleições que disputou para governador, fez coligações à direita por duas vezes e saiu isolado em outras duas, tendo participado em 1998 daquela mesma coligação que envolvia PPB e PSDB. Para prefeito, o perfil médio e a trajetória ao longo do tempo são muito semelhantes às do PP.

- **Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB):** em 3 das 5 eleições a governador, lançou candidato isoladamente; noutra, coligou-se apenas com o PSDB, também de centro. Apenas na eleição de 1994 lançou candidato apoiado por pequenos partidos de esquerda e direita, simultaneamente. Quanto às eleições para prefeito, com exceção do PT, o PMDB é, entre os grandes partidos,

---

Democrático Social (PDS), surgido em 1980 como sucessor da antiga ARENA. Com a extinção do bipartidarismo, a maior parte dos membros da antiga ARENA passa ao PDS. Em 1993 o PDS incorporou o Partido Democrata Cristão (PDC), mudando seu nome para Partido Progressista Reformador (PPR), que participou do pleito de 1994. Com a incorporação do Partido Progressista (PP), em 1995, surge o PPB (Partido Progressista Brasileiro). Em 2003 o PPB, avaliando o desgaste da sigla, em âmbito nacional, resolve mudar novamente de nome, adotando o nome atual (Partido Progressista, PP).

o que lança a maior proporção de candidaturas isoladas (33% do total de candidaturas no período). Quanto ao tipo de coligações que realiza, há oscilações (1988: coliga-se mais com a direita; 1992: mais com a esquerda; 1996: mais com a direita novamente).<sup>13</sup>

- **Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB):** no que se refere ao governo do Estado, é o partido que mais oscilou: lançou candidatura isolada em 1990; coligou-se com uma frente de partidos de esquerda em 1994; com um conjunto de partidos de direita em 1998 (em apoio a Amin) e com o PMDB (centro) em 2002. Nas eleições para prefeito, a tendência mais geral foi um deslocamento para a direita, entre 1988 e 1996.<sup>14</sup>

**Tabela 4. Grau de coerência ideológica das coligações, para 6 partidos (Prefeito SC - 1988/ 2000)**

PARTIDOS	ANOS	GRAU DE COERÊNCIA			Total Colig. (%)	Cand. Isoladas (%)	Total Cand.. (N)	Nº. MUN.
		FORTE	MÉDIO	FRACO				
		(%)	(%)	(%)				
PP (PPB/PPR/PDS)	1988	53	4	11	68	32	182	199
	1992	54	14	16	84	16	238	260
	1996	29	23	29	82	18	272	293
	2000	32	33	24	89	11	281	293
	2004	20	31	43	94	6	284	293
	MÉDIA	36	23	26	85	15	1257	
PFL	1988	58	11	11	80	20	170	199
	1992	54	16	19	89	11	226	260
	1996	33	30	28	91	9	252	293
	2000	35	34	24	93	7	278	293
	2004	20	34	41	94	6	270	293
	MÉDIA	38	26	26	90	10	1196	
PMDB	1988	1	24	1	25	75	195	199
	1992	4	55	10	69	31	238	260
	1996	9	51	12	72	28	288	293
	2000	7	51	15	74	26	283	293
	2004	6	50	26	82	18	292	293

<sup>13</sup> Não foi possível, por falta de tempo, fazer esta análise para as eleições de 2000 e 2004.

<sup>14</sup> Idem Nota 13.



	MÉDIA	6	47	14	67	33	1296	
<b>PSDB</b>	1988	-	55	-	55	45	11	199
	1992	8	72	13	93	7	100	260
	1996	16	59	19	93	7	162	293
	2000	11	61	11	93	7	192	293
	2004	7	51	36	94	6	254	293
	MÉDIA	10	58	24	93	7	719	
<b>PDT</b>	1988	1	17	33	51	48	70	199
	1992	10	38	37	84	16	164	260
	1996	5	28	61	94	6	183	293
	2000	10	25	58	92	8	158	293
	2004	4	12	82	98	2	117	293
	MÉDIA	6	26	55	87	13	692	
<b>PT</b>	1988	2	1	-	4	96	84	199
	1992	15	49	4	67	33	115	260
	1996	11	41	5	57	43	120	293
	2000	17	25	8	50	50	161	293
	2004	9	28	31	68	32	242	293
	MÉDIA	11	30	13	54	46	722	

Fonte: TRE- SC. (Obs: as porcentagens foram "arredondadas")

**- Partido Democrático Trabalhista (PDT):** Nas eleições para governador, tem se mantido "coerente": lançou candidatura isolada em 1986; participou de coligações à esquerda (Frentes Populares) em 1990, 1994 e 1998. Em 2002 não participou formalmente de nenhuma candidatura. Mas, apoiou informalmente o candidato do PPS no 1º turno e o do PMDB no 2º turno (contra o candidato do PPB). Quanto às eleições para prefeito, é, dentre os maiores partidos, o mais eclético na realização de coligações. Coliga-se com partidos de todos os pontos do espectro partidário, sendo que suas proporções de coligações "inconsistentes" são maiores do que as dos demais partidos, em cada uma das cinco eleições; 55% das candidaturas de que participou em todo o período tiveram este padrão. Além disso, estas coligações "inconsistentes" cresceram muito, passando de 33% das candidaturas de que o partido participou em 1988, para 82% em 2004.

- **Partido dos Trabalhadores (PT):** nas eleições para o governo estadual, o PT lança candidatura isolada em 1986; em 1990, 1994 e 1998, participou de coligações exclusivamente com partidos de esquerda. Em 2002, acompanhando a estratégia nacional do partido, além de se coligar com outros partidos de esquerda, envolve também o PL (caracterizado como de direita) nesta coligação.

Quanto às eleições para prefeito, o PT é o partido que mais lançou candidatos isoladamente (46% das 722 candidaturas de que participou no período). Na primeira eleição analisada (1988) a estratégia do partido foi lançar candidaturas isoladas (96% do total das candidaturas). A partir de 1992, porém, há uma inversão: de cada 3 candidaturas, 2 foram em coligações. Embora tenha havido uma redução do percentual de coligações em 1996 e 2000, em 2004 este percentual volta a crescer e alcança seu ponto máximo do período: 68%. No que diz respeito ao padrão das candidaturas, o PT é, como esperado, o partido com maior consistência ideológica: as coligações inconsistentes representam 13% do total de candidaturas; em contraste com este número, temos 57% das candidaturas lançadas de forma isolada ou em coligação apenas com partidos de esquerda. Nas coligações, a tendência predominante é a coligação com partidos de centro (30% das candidaturas). As coligações que envolvem partidos de centro crescem enormemente entre 1988 e 1992 (de 1 % para 49 % do total das candidaturas lançadas), diminuindo depois (em 2000 representaram 25 % das candidaturas de que o PT participou e em 2004, 28%). As coligações envolvendo partidos de esquerda cresceram até 2000, declinando em 2004. A eleição de 2004 pode ter representado um ponto de inflexão na história do partido, na medida em que as coligações mais inconsistentes ideologicamente dão um salto: de 8% do total das candidaturas de que o partido participou em 2000, passa-se a 31% em 2004. De toda forma, vale a pena ressaltar que grande parte destas coligações envolveu pequenos partidos de direita, sem expressão em âmbito estadual. As coligações com os grandes partidos (PPB e PFL) foram em proporção menor.

## Considerações Finais

A análise aqui realizada refere-se apenas a dois cargos (prefeito e governador). Análises de pleitos a outros cargos são necessárias para que se possa fazer generalizações. Além disso, é necessário analisar o impacto de outros fatores relativos à estrutura de oportunidades em que se processam as eleições (tamanho e número de partidos, por exemplo), para que se possa ter uma compreensão mais abrangente do fenômeno das coligações. De qualquer forma, é justamente frente à insuficiência de análises empíricas, que o trabalho pode contribuir para o conhecimento de certos aspectos relativos às decisões dos partidos ao se coligarem.

Os dados analisados não revelam um comportamento homogêneo de todos os partidos em relação ao grau de consistência ideológica das coligações de que participam. Assim, por exemplo, o PT, no conjunto do período, coligou-se, nas eleições para governador, apenas uma vez com um partido de direita (o PL, em 2002) e apresentou apenas 13 % de coligações "inconsistentes", num total de 722 candidaturas a prefeito de que participou. O PDT, por outro lado, embora não tenha se coligado sequer com algum partido de centro nas eleições para governador, das candidaturas de que participou para prefeito, 55% envolviam partidos de direita e outras 26% envolviam partidos de centro. PP (PPB/PPR/PDS) e PFL tiveram um comportamento bastante parecido, entre si, em geral se coligando apenas com partidos à direita nas eleições para governador e com cerca de 50% das candidaturas a prefeito sendo candidaturas isoladas ou envolvendo apenas outros partidos de direita. As demais candidaturas a prefeito se dividiam em dois grupos de magnitude semelhante: cerca de 25% de coligações envolvendo partidos de centro e igual percentual de coligações envolvendo partidos de esquerda.

Considerando o conjunto dos dados, é possível distinguir indícios de um certo grau de consistência ideológica das coligações, especialmente no início do período. Este fato contrasta com as análises recorrentes que apontavam o sistema partidário brasileiro como totalmente caótico desde o final da década de 80. Mesmo no conjunto do período, apenas 11,5% (cerca de uma em cada nove) das candidaturas a governador foram coligações ideologicamente inconsistentes. Nestas eleições, em particular, o comportamento dos principais partidos apresenta um grau razoável de coerência ideológica. Nas eleições para prefeito este percentual é de 16%, ou seja, cerca de uma em cada seis das candidaturas para prefeito correspondem a coligações que envolvem simultaneamente partidos de direita e esquerda. Note-se que se considerarmos que o peso das questões ideológicas na política local é menor, ampliando-se a possibilidade de realização de coligações inconsistentes (cuja definição operacional aqui utilizada teve como parâmetro a atuação dos partidos no âmbito nacional), esta relativa consistência no nível municipal torna-se ainda mais significativa.

Uma tendência, no entanto, se mostra persistente no período: a de aumento de coligações, especialmente as de grau de coerência ideológica médio e fraco. Diversos processos podem ter contribuído para esta tendência:

1. No início do período estudado (1986/88) lançar candidaturas isoladamente parece ter sido a estratégia preferencial dos partidos, visando consolidar suas bases organizacionais e testar sua força eleitoral.
2. O aumento da fragmentação do sistema partidário (aumento do número de siglas participantes do processo político-eleitoral), associado a um processo de maior “estadualização” de vários dos pequenos partidos (ampliação do número de pequenos partidos estruturados em um maior número de municípios), ao longo do período, deve ter contribuído para o aumento do número de coligações (incluindo as menos consistentes ideologicamente), utilizadas como uma estratégia para atenuar o impacto desses processos sobre a competição eleitoral.

3. A diluição, ao longo do período, das clivagens entre os partidos, em relação à seus posicionamentos frente ao regime autoritário pós-64.
4. O fim da Guerra Fria atenuou os obstáculos ideológicos para a efetivação de coligações inconsistentes.
5. Mudanças efetivas de posicionamento ideológico de alguns partidos, ao longo do período: destaque-se a do PSDB, de uma posição mais de centro-esquerda, para uma posição de centro-direita, ao longo do período.<sup>15</sup> Da mesma forma, uma reorientação do PT em direção mais ao centro (em âmbito nacional, com repercussões sobre todo o país) - reorientação que já começa antes, se torna mais clara a partir do processo eleitoral de 2002 e mais ainda durante o governo Lula. Estas mudanças (que, por sua vez, devem ter sido influenciadas por alguns dos fatores mencionados acima)<sup>16</sup> parecem ter alargado o campo de possibilidades de realização de coligações, ao longo do período.

As análises que apontavam o sistema partidário brasileiro como totalmente caótico desde o final da década de 80 (especialmente após a eleição de Collor) não são respaldadas pelos resultados do presente estudo. Evidentemente não são os dados aqui apresentados que podem permitir fazer afirmações sobre o sistema partidário como um todo. Mas, os dados que mostram um grau

---

<sup>15</sup> Em Santa Catarina esta mudança é acentuada: em 1994 a seção estadual do PSDB foi uma das únicas a se posicionar contra a coligação PSDB-PFL em apoio a Fernando Henrique Cardoso, tendo formado, nas eleições para governador, uma coligação com os partidos de esquerda. Com a eleição do presidente Fernando H. Cardoso, o grupo mais à esquerda do partido fica marginalizado e algumas de suas lideranças mais expressivas (como Jaison Barreto e Dirceu Carneiro) vão saindo do partido (e da política). Estas saídas, aliadas às vantagens associadas à ocupação da presidência da República, favorecem o predomínio dos grupos mais pragmáticos no interior do partido. O PSDB passa a realizar coligações com partidos à direita, no espectro ideológico: nas eleições para prefeito de Florianópolis em 1996 e 2000 e para governador em 1998, o partido irá se coligar com o PPB e, após a vitória nestas eleições, irá participar dos governos de Ângela e Esperidião Amin.

<sup>16</sup> No caso do PT, a inflexão em direção a posições mais moderadas segue uma trajetória nada incomum em partidos socialistas e social-democratas em âmbito internacional. Após as derrotas de 1989, 1994 e 1998, o PT (ou, pelo menos suas correntes dominantes) e Lula avaliaram que para vencer a eleição presidencial seria necessário um abrandamento das posições mais radicais, de forma a abranger um maior número de aliados entre os setores organizados da sociedade e atrair parcelas maiores do eleitorado.

significativo de coerência ideológica das coligações nas eleições para governador e prefeito, em Santa Catarina, estão em consonância com análises como as de Kinzo (1990) e Figueiredo e Limongi (1999), que pleiteiam certo grau de diferenciação ideológica entre os partidos até a primeira metade da década de 90, pelo menos.

A tendência de crescimento das coligações, especialmente das coligações ideologicamente inconsistentes, ao longo do período (principalmente nas últimas eleições), porém, parece realmente estar ligada a uma perda da nitidez das diferenciações ideológicas entre os partidos.

Concordando com a avaliação de Singer (2000), de que o PT constituía, pelo menos até recentemente, a “espinha dorsal” do sistema partidário, em termos ideológicos, a mudança de posicionamentos do PT ao longo dos últimos anos parece ter sido, dos processos mencionados mais acima, o que teve maior influência nesta perda de nitidez . Embora seja difícil, pelo menos no momento em que este texto está sendo finalizado, prever os desdobramentos da crise por que passa o PT e o governo Lula, tanto para o futuro do PT, quanto para o do sistema partidário como um todo, parece muito difícil que se recupere, em relação a este último, o grau de diferenciação ideológica que se pôde perceber no período inicial de vigência do atual sistema partidário.

## Anexo

**Tabela Anexa 1 - Candidaturas às eleições p/ governador (SC - 1986/2002)**

ANOS	CANDIDATOS	CAND. ISOL.	COLIGAÇÕES	TOT. CAND
1986	AMILCAR GAZANIGA	PDS		
	PEDRO IVO	PMDB		
	RAUL GÜINTHER	PT		
	MANOEL DIAS	PDT		
	VILSON KLEINUBING		PFL/PTB/PDC	
	TOTAL	4	1	5
1990	PAULO AFONSO	PMDB		
	DIRCEU CARNEIRO	PSDB		
	AMÉRICO FARIA	PRN		
	NILTON MATHEUS	PMN		
	VILSON KLEINUBING		PDS/PFL/PTB/PDC/PL/PSC	

	NELSON WEDEKIN		PDT/PT/PCB/PCdoB	
	TOTAL	4	2	6
1994	ÂNGELA AMIN	PPR		
	JORGE BORNHAUSEN	PFL		
	PAULO AFONSO		PMDB/PSD/PTRB/PRP/PMN/PV	
	NELSON WEDEKIN		PDT/PT/PPS/PCdoB/PSDB/PSB	
	TOTAL	2	2	4
1998	ESPERIDIAO AMIN		PPB/PFL/PTB/ PSDB/ PSL/PST/PL/PRTB/PGT/ PRN/PTdoB/PSDC	
	PAULO AFONSO	PMDB		
	MILTON MENDES		PT/PDT/PCdoB/PPS/PSB/ PCB/PMN/PSN	
	JOANINHA DE OLIVEIRA	PSTU		
	ROGERIO PORTANOVA	PV		
	CARLOS A. MACHADO	PSC		
	TOTAL	4	2	6
2002	ANTONIO BELLO JUNIOR		PSB/PSD	
	ESPERIDIAO AMIN		PPB/PFL/PSL/PRTB/PST/PTdoB	
	GILMAR SALGADO	PSTU		
	JOSÉ FRITSCH		PT/PL/PCdoB/PMN	
	LUIZ HENRIQUE SILVEIRA		PMDB/PSDB	
	SÉRGIO GRANDO		PPS/PV/PSDC	
	TOTAL	1	5	6

Fonte: TRE – SC.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ames, Barry. *Os entraves à democracia no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- Bobbio, Norberto. *Direita e esquerda*, São Paulo, Ed. da UNESP, 1995.
- Carreirão, Yan. "Identificação ideológica e voto para presidente", *Opinião Pública (Revista do Cesop/Unicamp)*, Vol. VIII, n. 1, 2002 (pp. 54-79).
- Castañeda, Jorge. *Utopia desarmada*, São Paulo, Cia. das Letras, 1994.
- Fernandes, Luis. "Muito Barulho por Nada?" *Dados*, vol. 38, n.1, 1995 (pp. 107-143).
- Figueiredo, Argelina e Limongi, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.
- Figueiredo, Marcus. "A lei de ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral", *Cadernos de Conjuntura*, n. 50, jul./94, RJ, IUPERJ, 1994.
- Kinzo, Maria D'Alva. "O Quadro partidário e a constituinte", in: LAMOUNIER, Bolivar (org.) *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo,

- IDESP/Sumaré, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1993.
- Mainwaring, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*, Porto Alegre/Rio de Janeiro, Mercado Aberto/FGV, 2001.
- Melo, Carlos Ranulfo F. de. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.
- Nicolau, Jairo M. "Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário", *Cadernos de Conjuntura*, n. 50, jul./94, RJ, IUPERJ, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)", *Dados*, vol. 43, n. 4, 2000.
- Novaes, Carlos A.M. "Dinâmica institucional da representação - individualismo e partidos na Câmara dos Deputados", in: *Novos Estudos CEBRAP*, n.38, São Paulo, março/1994.
- Reis, Fábio W. "Direita e esquerda e o eleitor brasileiro", in: REIS, F.W. *Tempo presente: do MDB a FHC*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.
- Rodrigues, Leôncio M. *Partidos, ideologia e composição social*, São Paulo, Edusp, 2002.
- Santos, Wanderley G. *Crise e castigo. Partidos e generais na política brasileira*. São Paulo, Vértice, 1986.
- Schmitt, Rogério. "Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados, *Novos Estudos Cebrap*, 54, 1999.
- Schwartzman, S. "Vinte años de democracia representativa en Brasil" , in: *Revista Latino Americana de Ciência Política*, V.2, N. 1, 1971.
- Singer, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo, Edusp, 2000.
- Soares, Gláucio A.D. "Alianças e Coligações Eleitorais: Notas para uma Teoria", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17, jul. 64, 1964.
- Souza, Maria .C.C. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- Tavares, José A.G. *Reforma política e retrocesso democrático*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1998.



